



] mundo [
crítico [

Brochura de
Desenvolvimento
e Cooperação

Desigualdades,
Participação e
Desenvolvimento
Inclusivo

Desigualdades, Participação e Desenvolvimento Inclusivo

TEXTO DE FÁBIO DONATO, CLÁUDIA ESTEVES E INÊS BARGE
Estudantes do Mestrado de Cooperação Internacional do ISEG

“O desenvolvimento humano tem tudo a ver com as liberdades humanas: Liberdade para demonstrar o potencial completo de cada vida humana, não apenas de alguns, nem apenas da maioria, mas de todas as vidas em todos os cantos do mundo – agora e no futuro. É este universalismo que dá à abordagem do desenvolvimento humano a sua especificidade. O desenvolvimento humano foca-se na riqueza das vidas humanas ao invés da riqueza das economias.”

(Human Development Report 2016)

Desigualdades

As desigualdades manifestam-se quando a distribuição dos recursos é assimétrica. A diferenciação de acesso a bens é justificada por vários fatores como religião, etnicidade, género, idade e classe. Os recursos não se limitam a termos económicos: recursos sociais e naturais são igualmente alvo de distribuição desigual.

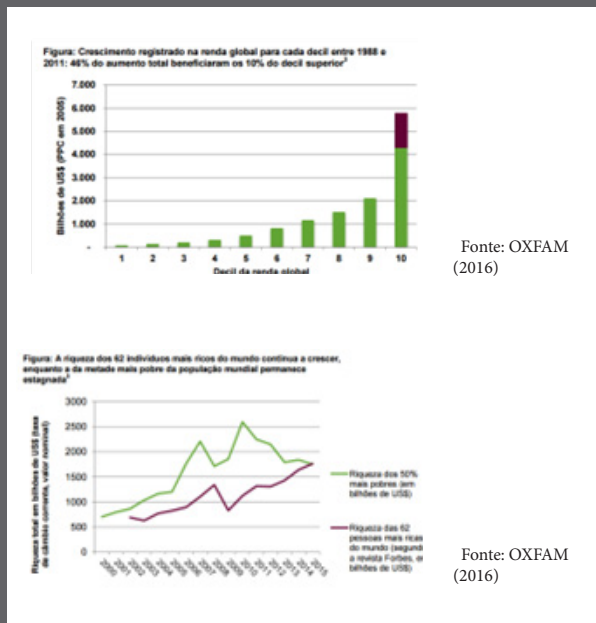
As normas de alocação podem também afectar a distribuição de direitos e privilégios, assim como acesso a bens públicos (educação, sistema social, habitação, transporte e serviços financeiros). À medida que a complexidade social aumenta, as desigualdades tendem a acompanhar esse aumento, com a expansão do fosso entre os mais pobres e os mais ricos. As variáveis quantitativas mais usadas como indicadores de desigualdade social são o rendimento e a riqueza. O produto interno bruto (PIB), especificamente o PIB per capita, é bastante utilizado para descrever a desigualdade económica a nível internacional.

Participação

A democracia participativa enfatiza a participação ampla dos elementos na di-

Do que estamos a falar? Os 1% mais ricos.

A situação torna-se ainda mais preocupante ao analisarmos o Relatório de 2016 da ONGD inglesa Oxfam que mostra que o 1% mais rico do mundo tem mais riqueza que o resto da população mundial combinada tendo atingido seu ponto de viragem em 2015 como demonstram os gráficos abaixo. É interessante notar também que 53 das 62 pessoas mais ricas do planeta são homens o que transborda a questão da desigualdade de rendimento e evidencia também as assimetrias entre as relações de gênero. A desigualdade global atingiu o maior valor desde o século XIX, e não dá sinais de que se irá reduzir naturalmente a partir do atual do equilíbrio do poder político na economia global. É seguro afirmar que enquanto poucos países ricos detiverem o poder de definir as regras de acordo com seus interesses e de suas maiores empresas, a desigualdade continuará a crescer vertiginosamente.



Desigualdade e participação ao redor do mundo

América Latina: Uruguai versus Brasil / Um continente, múltiplas realidades

No Uruguai, a partir de 2008 coincidem o fortalecimento do regime democrático e a redução das desigualdades. Nesse ano o país passa a ser considerado uma democracia plena e a figurar entre os países mais democráticos e transparentes do mundo na mesma medida que o seu coeficiente Gini desce de 46.27 para 41.6 em 2015. Em relação ao desenvolvimento humano, o país têm feito significativos progressos, entre os anos 2000 e 2015 com o seu IDH a passar de 0,742 para 0,795, o que o torna um dos países que apresenta maior qualidade de vida na América Latina. No caso do Brasil, conhecido por ser um dos países mais desiguais do mundo, a primeira década do século XXI foi vista como um período de

estabilidade democrática e avanços sociais. Entre 2001 e 2014 o Brasil reduziu a desigualdade significativamente passando de 59.33 pontos no índice Gini para 51.48. O mesmo se observa em relação ao desenvolvimento humano: em 2000 o IDH brasileiro era de 0.685, mas 14 anos depois alcançou o valor de 0.754. A partir de 2015, no seguimento da crise política interna que levou à destituição de Dilma Rousseff, o índice de democracia do país passou de 7.38 em 2014 para 6.96 em 2015 e 6.90 em 2016. A crise democrática parece também ter tido efeito no IDH do país com o valor a estagnar no ano de 2015 e o país a perder 19 posições no *ranking* global.

recção e operação dos sistemas políticos, baseando-se na criação de oportunidades para que todos possam contribuir positivamente no poder de decisão e procura potencializar o acesso a tais oportunidades. Sendo que a quantidade de informação necessária para que o processo de tomada de decisão global seja bem-sucedido é elevada, a tecnologia pode fornecer forças importantes que levem ao tipo de empoderamento necessário para modelos participativos.

Desenvolvimento inclusivo

O desenvolvimento inclusivo é uma abordagem que valoriza e incorpora igualmente as contribuições de todas as partes interessadas, incluindo os grupos marginalizados, para abordar questões de desenvolvimento. Deve promover a transparência e a responsabilização, melhorando os resultados da cooperação para o desenvolvimento através da colaboração entre a sociedade civil, os governos e os atores do sector privado. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) advoga que muitos grupos são excluídos do desenvolvimento devido ao seu género, etnia, idade, orientação sexual, deficiência ou pobreza. Os efeitos dessa exclusão são níveis crescentes de desigualdade em todo

o mundo. O desenvolvimento não pode efectivamente reduzir a pobreza a menos que todos os grupos contribuam para a criação de oportunidades, compartilhem os benefícios do desenvolvimento e participem na tomada de decisões.

Igualdade e democracia andam juntas?

Tendencialmente, os países com maiores níveis de desenvolvimento são também aqueles que apresentam menor desigualdade e um sistema democrático sólido. A relação entre desigualdade, participação e desenvolvimento inclusivo é visível ao analisarmos o continente europeu onde se encontram os Estados que são simultaneamente os que apresentam melhores resultados em termos de menor desigualdade, maior participação e desenvolvimento mais inclusivo. Dessa forma, um regime democrático sólido e estável é essencial para garantir o direito e a possibilidade dos cidadãos de imprimir na vida política os rumos de desenvolvimento almejado, certificando de que ele inclua todos. Por outro lado, na condição de um Estado com um sistema democrático frágil, a representação política é distorcida e o direito de conduzir o destino nacional é negado à sua população, tornando-a totalmente alheia à vida pública.

A Agenda 2030

A Agenda 2030, adoptada em Janeiro de 2016 pelos membros da Nações Unidas, pretende afirmar-se como um ponto de viragem nas questões do desenvolvimento. Os noventa e um pontos que constituem a declaração esclarecem as metas e objectivos, o que é necessário para os alcançar e as formas de avaliação. O preâmbulo da declaração enumera para quem se destina este plano de acção: pessoas, planeta e prosperidade, através da paz e da cooperação. Deste modo, todo o ecossistema é tido em conta nos 17 novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem postos em prática nos próximos 15 anos, através de mais de 100 metas concretas e mensuráveis.

A declaração “Transformando o nosso Mundo” pretende exactamente isso: modificar e melhorar as condições actuais em que a Humanidade vive, de forma estruturada e coerente. A Agenda 2030 revela-se, acima de tudo, ambiciosa. Ambiciosa em termos de período temporal, em termos de número de actores e agentes envolvidos e metas a alcançar. Só o tempo dirá se todo o esforço de criação destas medidas dará resultados palpáveis e visíveis. Enquanto um pequeno grupo de países ricos tiver o poder de definir as regras do jogo político-económico global,

a desigualdade continuará a piorar.

A agenda ODS é controversa – tem por base uma premissa vaga: erradicar a pobreza – quem vive com menos de 1.25 dólares por dia. A Agenda por vezes discorre sobre a questão da desigualdade mas não o suficiente e não como uma questão moral, económica e política de extrema urgência, como ela deve ser tratada. O problema da desigualdade é um problema de, antes de mais, distribuição de poder e recursos. A mobilização da sociedade pode contribuir para uma mudança de poder necessária a sociedades mais equilibradas que são mais seguras, felizes, prósperas e sustentáveis. Os mais poderosos não irão, por livre vontade, corrigir um sistema que acreditam funcionar bem (para eles), mas temos visto como a sociedade civil ativa consegue construir poder “de baixo”. Um desses exemplos é Mahila Adhikar Manch (MAM), movimento feminino no Nepal ou o movimento Gambia Has Decided. Estes movimentos fazem parte da aliança internacional que luta contra a desigualdade.

Os movimentos sociais estão a mostrar que é possível a reclamação de espaço político por pessoas oprimidas para confrontar relações de poder injustas. Estes movimentos trabalham juntos como um movimento coletivo de poder da popula-

ção para combater a desigualdade. Garantir a redução da desigualdade requer uma reconstrução do poder coletivo. A desigualdade contribui para a instabilidade económica, problemas sociais e de saúde, e constitui um entrave à adoção de estratégias e comportamentos amigos do ambiente. Dessa forma, os países com maior probabilidade de alcançar os 17ODS são a Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, sendo estes os países com maiores níveis de igualdade do mundo.

Como se mede a desigualdade?

O índice de Gini é a métrica mais comum na comparação de desigualdades sociais em diferentes países. Esta medida de dispersão estatística é utilizada para ilustrar a distribuição de uma quantidade de rendimento ou a riqueza, entre a população de um país. O Índice de Democracia realizado pelo The Economist, tem por base 60 indicadores agrupados em 5 categorias, que medem o pluralismo, as liberdades civis e a cultura política. A par de uma pontuação e de um ranking, o índice classifica os países de acordo com o seu tipo de regime: democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos e regimes autoritários. Por fim, o Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH), realizado pelo PNUD, busca aferir o potencial de construção de capacidades dos indivíduos e geração de possibilidades dentro de determinadas sociedades. É uma estatística composta pelos indicadores de esperança média de vida, educação e rendimento per capita e é utilizada para classificar os países em quatro filas de desenvolvimento: desenvolvimento humano muito alto, alto, médio e baixo.

Cinco razões para a promoção da igualdade

1 – Saúde: aumento da esperança média de vida e declínio da taxa de mortalidade

2 – Relações sociais: evolução dos níveis de coesão social, com a diminuição da taxa de criminalidade e de violência bem como o melhoramento dos níveis de igualdade de género

3 – Desenvolvimento do capital humano: capacitação das crianças e jovens através da promoção da literacia e da educação

4 – Progresso e estabilidade económica: redução das assimetrias de rendimento condutoras a uma expansão económica crescente e sólida

5 – Economias Sustentáveis: equilíbrio económico promotor da cooperação entre os indivíduos com objectivos comuns

Ficha Técnica

Colaboração

DS Lab - Laboratório de *Development Studies* do Instituto Superior de Economia e Gestão da ULisboa e Alunos do Mestrado de Cooperação Internacional do ISEG

Orientação

Luís Mah

Projecto

Cooperação e Desenvolvimento: Novos Desafios, Visões Partilhadas
www.acep.pt/novos-desafios

Promotores

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos
CEsA-ISEG - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

Apoio

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Disclaimer

Esta publicação conta com o apoio do Camões, I.P. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva dos promotores e autores e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista do financiador.

